

Clipping nº 952

, 06 Fevereiro 2012 - 10:58:53

Anhembi Morumbi oferece mestrado em design Estão abertas até hoje, 3 de fevereiro, as inscrições para o mestrado em design oferecido pela Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo. Uma das linhas de pesquisa é intitulada Design, tecnologia e linguagem: interfaces. As inscrições podem ser feitas online. Mais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (11) 5095-5634. Revista Tecnologia Gráfica

São Paulo receberá feira exclusiva para o setor de embalagens Entre os dias 24 e 27 de abril, o Centro de Exposições Imigrantes (Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5), na cidade de São Paulo, receberá a primeira edição da Expo Embalagem. A feira de embalagem do Brasil, a única do País voltada totalmente para fornecedores e consumidores de embalagem de todos os setores da economia. O evento abrangerá, também, a conferência estratégica Pack Summit, que reunirá executivos de empresas como AMBEV, Nestlé, Pão de Açúcar, além de acadêmicos e representantes de entidades, como ITAL (Instituto de Tecnologia de Embalagem), APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportação e investimentos) e CETEA (Centro de Tecnologia de Embalagem). Eles debaterão assuntos ligados a macro-tendências, competitividade nos negócios, sustentabilidade e segurança e inovação. Outras informações sobre o evento pelo site www.expoembala.com.br. Embalagem & Tecnologia

Cresce em dez vezes o número de donas de casa que contribuem para INSS O número de donas de casa de baixa renda que contribuem para a Previdência Social aumentou de 5.528 para 52.040 entre os meses de outubro e dezembro do ano passado. Desde outubro de 2011, as donas de casa de famílias de baixa renda podem contribuir para a Previdência Social pagando uma alíquota de 5% sobre o salário mínimo (R\$ 31,1), de acordo com a Lei 12.470. O programa beneficia quem se dedica somente ao trabalho doméstico. Os estados com o maior número de donas de casa que se tornaram seguradas da Previdência Social foram São Paulo (10.232), Minas Gerais (8.672) e Rio de Janeiro (5.492). Os contribuintes têm direito a benefícios como aposentadoria por idade e por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. Para ter direito ao benefício, a família deve estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único) e ter renda familiar até dois salários mínimos. A inscrição é feita pelo telefone 135. (Fonte: Agência Brasil)

Brasil recebe 57% mais mão de obra estrangeira, diz Ministério da Justiça O número de trabalhadores estrangeiros no Brasil cresceu 57% no ano passado, chegando a 1,51 milhão em dezembro, segundo estatísticas do Ministério da Justiça. O principal fator para esse salto no número de imigrantes legais foi a chegada de trabalhadores de países vizinhos. Desde 2009, triplicou o número de imigrantes peruanos legais. O de paraguaios e bolivianos cresceu mais de 70%. Comunidades com presença antiga no País, como japoneses e europeus, têm crescido mais lentamente. O crescente fluxo migratório de países latino-americanos tem sido acompanhado por uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores que vêm para o Brasil. Os imigrantes dos países vizinhos em geral têm baixa escolaridade e pouca qualificação. Bolivianos trabalham em oficinas de costura e como empregados domésticos; peruanos atuam como ambulantes e operários na construção. Portugueses e espanhóis ocupam postos gerenciais ou trabalham como arquitetos, engenheiros e advogados.

Segundo Paulo Abrão, secretário nacional de Justiça, o número de latino-americanos legais no país aumentou por três motivos: boom econômico brasileiro, acordo de residência do Mercosul e anistia - os dois últimos, de 2009. O acordo autoriza cidadãos do Mercosul, da Bolívia e do Chile a entrar sem visto no Brasil, somente com registro na Polícia Federal, e a pedir residência temporária. O acordo deve ser estendido para Peru e Equador - falta a aprovação do Congresso. A anistia de 2009 deu a 45 mil imigrantes ilegais residência provisória e 18 mil conseguiram obter residência permanente depois de dois anos. Apesar do grande aumento na presença de latinos no Brasil, europeus e japoneses ainda são as maiores comunidades, porque historicamente foram os maiores grupos de imigrantes. Houve entrada de 4,4 milhões entre o fim do século 19 e os primeiros 40 anos do século 20. Hoje, os portugueses ainda são o maior grupo, seguidos de japoneses e italianos. Bolivianos estão em quarto lugar - mas boa parte dos latinos está ilegal e não entra nas estatísticas. **Ilegais e refugiados** Os números do governo incluem os estrangeiros que estão legalmente no país, com autorização de trabalho e vistos de residência. ONGs e o governo estimam que haja de 60 mil a 300 mil estrangeiros ilegais no Brasil - na maioria latino-americanos, chineses e africanos. Além deles, há 4.477 refugiados. "Vim para o Brasil porque percebi que este país tinha futuro", diz o boliviano Davi Gironda, 25, que mora em São Paulo há três anos. Gironda trabalha 14 horas por dia em uma tecelagem, com ganho médio de R\$ 1.200 por mês. Apesar da longa jornada, não reclama. Às vezes, guarda R\$ 400 por mês. Ele diz que não é hora de voltar à terra natal. "O mundo está de olho no Brasil." (Fonte: Folha de S. Paulo)

Empresários defendem adesão facultativa à desoneração da folha Sancionada em dezembro e em teste pelo governo até 2014, a desoneração da folha de pagamentos para setores da economia recebe críticas pouco depois de entrar em vigor. Empresários defendem a diminuição das alíquotas e que a adesão ao sistema se torne opcional. Eles alegam que o novo regime beneficia apenas uma pequena parcela das empresas, criando desigualdades dentro dos setores contemplados. Para os empregadores, a mudança no pagamento da contribuição dos patrões à Previdência Social só reduz a carga tributária para as empresas intensivas em mão de obra. As empresas mais automatizadas, na prática, passaram a pagar mais. Nas estimativas do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP), o novo sistema é vantajoso apenas caso o custo com os empregados represente mais de 10% do faturamento. Presidente do Sescon-SP, José Alcázar disse que, em um momento em que a tecnologia ganha força e diversos setores da economia passam por um processo de automatização, a mudança na forma de recolhimento encarece os custos com a mão de obra e reduz a competitividade. "Não é à toa que a indústria de móveis, que está se automatizando, foi ao Congresso e pediu para ser excluída do novo regime", destaca.

Mudanças nas regras Anunciada em agosto do ano passado, como parte do Plano Brasil Maior (nova política industrial do governo), a desoneração da folha de pagamento mudou a forma como as empresas de cinco setores pagam a contribuição dos empregadores ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em vez de pagarem 20% sobre a folha de pagamento, esses segmentos passaram a recolher um percentual sobre o faturamento. Para as empresas de tecnologia da informação e de call center, a contribuição passou para 2,5% do faturamento. Para as confecções e as indústrias de calçados e de artefatos de couro, o percentual corresponde a 1,5%. O novo sistema vigora até 2014, quando o governo se reunirá com os setores contemplados e avaliará se esse modelo pode ser estendido a outros setores da economia. Alcázar defende que o governo altere a legislação para permitir que os empresários escolham se querem mudar a forma de recolhimento ou permanecer no sistema tradicional, opinião compartilhada pelo diretor superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Tecidos (Abit), Fernando Pimentel.

Direito de escolha "Já que o sistema está em fase de teste, as empresas deveriam ter o direito de escolher em qual regime querem ficar, mas o governo, na época das negociações, alegou que não teria como controlar isso", disse. Segundo a Abit, a alteração no recolhimento teve efeitos contraditórios no setor de confecções. Entre 55% e 60% das empresas do segmento tiveram algum benefício, mas 35% foram prejudicadas, e de 5% a 10% ficaram na mesma. "Como a tendência, no longo prazo, é as indústrias se automatizarem cada vez mais, certamente o percentual de empresas prejudicadas vai aumentar nos próximos anos", declarou. Ele sugere que a alíquota sobre o faturamento seja reduzida para 0,8% a fim de

recalibrar essas desigualdades. Alcazar adverte que, se o modelo não sofrer ajustes, o resultado pode ser o aumento no uso de artifícios para pagar menos impostos. "Muitas empresas vão se dividir em duas: uma com mão de obra intensiva e outra em que os empregados têm peso menor. No futuro, haverá problemas. Esse planejamento tributário não chega a ser ilegal, mas é combatido pela Receita Federal, que a todo tempo baixa normas para coibir essa prática", explicou. (Fonte: Agência Brasil)

Jorge Caetano Fermino

pŷ